



O estado da saúde

Existem contratos de gestão entre algumas grandes empresas estatais, como a Vale do Rio Doce, e o Governo. Esses contratos são uma tentativa de inserir no setor público as modernas técnicas administrativas, que se destinam a buscar aumentos de qualidade e de produtividade. Até hoje ninguém havia ousado propor esse tipo de acordo com organismos da administração direta. As estruturas dos ministérios estão de tal forma destruídas e o seu pessoal tão desmotivado que o compromisso público com a qualidade total seria considerado loucura ou leviandade.

O ministro Adib Jatene não é louco nem leviano. No entanto, dispõe-se a assinar um contrato de gestão entre o seu ministério e a sociedade, representada pelo Congresso Nacional, caso venha a obter a restauração do IPMF, com os recursos resultantes destinados exclusivamente à saúde. A promessa não é vã. Ele já tem a proposta detalhada, com as metas a serem alcançadas, divididas em objetivos, cada um deles distribuído pelos órgãos responsáveis pela sua execução, com as verbas necessárias quantificadas. Pretende, se vencer, não só discutir esses projetos com os parlamentares, como prestar contas do trabalho que for sendo executado de três em três meses.

O primeiro objetivo do Ministério da Saúde é recuperar a capacidade operativa da rede de assistência. O passo inicial seria garantir que cada unidade de atendimento disponha de remédios. O objetivo seguinte é a recuperação da capacidade gerencial do SUS, o que talvez implique propostas de alterações nas leis que regulam o Sistema Único de Saúde.

Os outros objetivos dizem diretamente respeito à saúde de cada cidadão.

— A mortalidade infantil no Brasil é a mais alta entre os países que têm uma renda per capita igual à nossa: 45 mortes por mil nascimentos. No Chile, o índice é de 15 por mil e o país mais rico com uma taxa igual à nossa tem uma renda per capita de US\$ 800 por ano. A nossa é de US\$ 3.000. Esse dado é uma média, o que quer dizer que há cidades onde a mortalidade é de 150 a 185 mortes por mil. Combater a mortalidade infantil é, fundamentalmente, vacinar e dar água limpa. Água e esgotos são problemas de saneamento e de meio am-

biente, o que requer muito dinheiro.

O ministro Jatene acha que a melhoria verificada na prevenção de doenças nos últimos anos se deve, essencialmente, a três causas: o esforço investido nas campanhas de vacinação, que mobilizam 500 mil pessoas de cada vez; a multiplicação dos agentes comunitários de saúde, que são hoje 35 mil; e a progressiva municipalização dos serviços. Diz ele:

— O Brasil foi pioneiro na erradicação da pólio. Em 1980, quando fizemos a primeira vacinação, o professor Sabin brigou com a equipe do ministério e voltou zangado para os Estados Unidos porque pensava ser impossível vacinar 48 milhões de crianças num só dia. Fizemos a vacinação e ele ficou contentíssimo. Só três anos mais tarde é que o programa foi adotado no resto da América Latina. Hoje, ninguém discute a eficácia da vacinação em massa. No ano passado, por exemplo, só tivemos 60 casos de sarampo, que é uma doença em vias de erradicação. Já o controle do cólera é mérito dos agentes de saúde, que levam cloro às casas mais pobres. Em 1993, tivemos 60 mil casos: em 94, foram 51 mil; este ano, só tivemos 1.800 casos no primeiro semestre. Agora, é a vez de acabar com a dengue, basicamente uma tarefa das prefeituras. Recife, por exemplo, já conseguiu resultados excelentes. O Ceará, onde ocorreram 47 mil dos 56 mil casos de dengue no ano passado, também está se esforçando.

A municipalização da saúde abrange, atualmente, 2.576 municípios, pouco mais de metade do total, embora apenas 38 tenham alcançado um estágio de organização suficiente para receber diretamente o repasse antecipado dos recursos do Fundo Nacional de Saúde. Os progressos, no entanto, têm sido rápidos.

— A formação de consórcios entre municípios para se especializarem e usarem melhor o dinheiro federal, como os cinco que existem em Minas, e a criação de conselhos municipais de saúde, com representação da sociedade, são as melhores maneiras de se controlar as fraudes — acha o ministro.

A ser verdadeira essa observação, em breve não haverá fraudes em Minas, São Paulo, Rio Grande do Norte e Paraná, onde quase todos os municípios têm os seus conselhos.